

B O L E T I M

MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA



1.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1040

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações (Sessão de 21 de janeiro de 2014):

- Recomendação n.º 2 (Deliberação n.º 7/AML/2014) - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP - Sobre a Proposta n.º 915/2013 (com as alterações da Proposta n.º 4/2014)

pág. 156 (2)

- Recomendação n.º 4 (Deliberação n.º 8/AML/2014) - Subscrita pelos Grupos Municipais do PS, PSD, Deputados Municipais Independentes e PNP - Sobre as Propostas n.ºs 915/2013 e 916/2013 (considerando as alterações contidas na Proposta n.º 4/2014)

pág. 156 (2)

- Recomendação n.º 6 (Deliberação n.º 9/AML/2014) - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV - Transferência entre a CML e as Juntas

pág. 156 (3)

- Proposta n.º 2/AM/2013 (Deliberação n.º 10/AML/2014) - Subscrita pela Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa - Eleição do Representante da Assembleia Municipal de Lisboa para integrar o Conselho Municipal para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (CMIPD), nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento deste Conselho, publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 805, de 23 de julho

pág. 156 (4)

Convocatória (10.ª / 6.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal - Debate Temático)

pág. 156 (4)

SECRETARIA-GERAL

DEPARTAMENTO DE APOIO AOS ÓRGÃOS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO

Despacho n.º 1/SG/DAOSM/14

[pág. 156 (5)]

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberações

Sessão de 21 de janeiro de 2014

- *Deliberação n.º 7/AML/2014 (com base na Recomendação n.º 2)* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PCP:

Recomendação sobre a Proposta n.º 915/2013 (com as alterações da Proposta n.º 4/2014)

Considerando que:

A transferência de competências para as Juntas de Freguesia, decorrente da Lei n.º 56/2013, não assegurou o aumento da capacidade de gestão das Juntas de Freguesia;

O facto de poderem ter apenas um eleito a tempo inteiro impossibilita, na prática, que as Juntas de Freguesia possam assegurar eficazmente as competências que agora se lhes pretende atribuir, com a consequente degradação de um serviço público que se pretende de qualidade e capaz de satisfazer as necessidades dos seus moradores;

A ingerência da Câmara Municipal no trabalho das Juntas de Freguesia, após a transferência de competências, é transversal a muitas das áreas que são objeto de transferência;

Os pareceres das Juntas de Freguesia, que fazem parte integrante do Parecer da 5.ª Comissão - Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais, revelam que existem inúmeras dúvidas e até mesmo opiniões divergentes relativamente a questões concretas da Proposta n.º 915/2013, que não ficam sanadas com as alterações introduzidas pela Câmara Municipal (Proposta n.º 4/2014);

A transferência de competências, pela alteração que irá provocar na vida das freguesias, deve ser alvo de um profundo debate nas Assembleias de Freguesia e ter o acordo destes Órgãos Deliberativos;

O Grupo Municipal do PCP, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 10 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, propõe que a Assembleia Municipal

de Lisboa, na sua Sessão Extraordinária, realizada no dia 21 de janeiro de 2014, delibere recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

1 - Promova reuniões com as 24 Juntas de Freguesia da Cidade, com vista à clarificação das competências e meios a transferir para cada uma delas e, após acordo das Assembleias de Freguesia, concretize o processo de transferência

[Ponto 1 - Aprovado por maioria, com a seguinte votação: Votos a favor (PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNPn e 4 Independentes); e abstenções (MPT).]

- *Deliberação n.º 8/AML/2014 (com base na Recomendação n.º 4)* - Subscrita pelos Grupos Municipais do PS, PSD e Deputados Municipais Independentes e PNPn:

Recomendação relativa à Proposta n.º 4/2014

Considerando que:

O sucesso da Reforma Administrativa de Lisboa depende da neutralidade plena da operação de transferência de competências e da sustentabilidade financeira das Freguesias;

É, também, condição crítica desse sucesso uma adequada concertação política entre a Câmara Municipal de Lisboa, a Assembleia Municipal de Lisboa e as Juntas de Freguesia;

É determinante um diálogo franco e consequente entre a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e as estruturas representativas dos trabalhadores;

A relação jurídica de emprego público é um direito essencial a preservar;

A distinção expressa e inequívoca do que constituam, doravante, missões de interesse geral e comum a toda ou a uma parte significativa da cidade, bem como dos espaços, das vias e dos equipamentos de natureza estruturante para a cidade ou para a execução daquelas missões, é imprescindível à boa implementação do processo de reorganização;

Importa conhecer, a todo o momento, a totalidade da informação relevante para a concretização, acompanhamento e fiscalização deste processo;

O acompanhamento, monitorização e avaliação do processo de transferência das competências para as Freguesias, da atividade das Freguesias no quadro das novas competências próprias e do acerto do elenco das missões estruturantes, ora definidas, será levado a cabo pela Assembleia Municipal de Lisboa, em articulação com o Município e as Freguesias.

Considerando, ainda:

O teor das Propostas n.ºs 915/2013 e 916/2013, respeitantes à Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa;

Os Pareceres das 1.ª e 5.ª Comissões da Assembleia Municipal;

As negociações mantidas, e em curso, entre o Município e os Sindicatos representativos dos trabalhadores do Município de Lisboa e entre o Município e as Freguesias;

E que o teor da Proposta n.º 4/2014 altera substantivamente as Propostas n.ºs 915/2013 e 916/2013, acolhendo, nomeadamente, os seguintes aspetos dos Pareceres das 1.ª e 5.ª Comissões da Assembleia Municipal e das pronúncias dos Presidentes de Junta de Freguesia:

- Densificação do conceito de missões estruturantes nas várias vertentes associadas: vias, equipamentos, espaços verdes, pavimentos, entre outras;
- Consolidação do conteúdo dos autos de transferência;
- Definição, como regra, do licenciamento pelas Freguesias e estatuição de exceções claras;
- Garantia dos direitos dos trabalhadores em sede de Freguesias e em sede de Município e propositura de celebração de um Acordo Tripartido com os Sindicatos;
- Garantia de disponibilização de instalações físicas necessárias e condignas às Juntas de Freguesia para que estas possam exercer as novas competências; e,
- Monitorização e acompanhamento sistemático dos processos de transferência de competências.

Considerando, de igual modo, o facto de não terem sido acolhidos na Proposta n.º 4/2014 alguns aspetos das pronúncias dos Presidentes de Junta de Freguesia, nomeadamente:

- Preocupações específicas relativamente a limpeza urbana, pavimentos pedonais, licenciamentos, espaços verdes, vias de natureza estruturante, mercados, equipamentos culturais, fiscalização, entre outras, constantes das pronúncias dos Presidentes de Junta, conforme Capítulo 6 do Parecer da 5.ª Comissão da Assembleia Municipal e respetivos Anexos.

Considerando, finalmente, que subsistem, ainda, por parte de alguns Agrupamentos Políticos e dos Sindicatos, dúvidas sobre a melhor forma de garantir a segurança no emprego, assim como de assegurar a não colocação dos trabalhadores num regime de «mobilidade especial» ou de «requalificação».

Ao abrigo do n.º 10 do artigo 42.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, que refere que «Os Deputados Municipais poderao apresentar recomendac'o'es relativas a propostas ou outras materias agendadas, aquando da sua discussao, fazendo a sua apresentac'ao e entregando-as, em seguida, a Mesa para apreciacão e votação».

Propomos, nos termos do já recomendado pela 1.ª Comissão -Finanças, Património e Recursos Humanos e pela 5.ª Comissão -Descentralização e Obras Municipais, desta Assembleia, nos seus Pareceres sobre as Propostas n.º 915/2013 e n.º 916/2013, e acolhido pela Câmara Municipal na sua Proposta n.º 4/2014, que:

- 1 - A Câmara Municipal de Lisboa elabore um guião da transferência de competências, com os procedimentos que as Juntas de Freguesia podem adotar e a respetiva fundamentação jurídica para cada passo;
- 2 - A Câmara Municipal de Lisboa elabore um «manual para o munícipe» relativo a esta mudança, procedendo posteriormente à sua adequada divulgação;
- 3 - A monitorização e o acompanhamento técnico da implementação da reforma da cidade de Lisboa se concretizem mediante a apresentação, por parte da Câmara Municipal, de relatórios mensais durante o ano de 2014, trimestrais em 2015 e semestrais a partir de 2016, às 1.ª e 5.ª Comissões da Assembleia Municipal;
- 4 - E que os relatórios periódicos devam conter, entre outros aspetos pertinentes, os seguintes elementos:

- Dossier de transferência de competências contendo todos os itens objeto de negociação entre o Município e cada uma das 24 Freguesias;
- Fórmulas de cálculo utilizadas pela Câmara Municipal para alocação de recursos financeiros;
- Critérios utilizados, em cada Freguesia, para alocação de recursos humanos;
- Autos de transferência de competências;
- Acordo tripartido, caso tenha sido assinado; e,
- Comentários, propostas e reclamações dos Presidentes de Junta, dos Serviços Municipais, dos Sindicatos e dos trabalhadores, a existirem.

[Aprovada por maioria, com a seguinte votação: Votos a favor (PS, PSD, BE, PEV, PNPN e 4 Independentes; Votos contra (PCP); e abstenções (CDS-PP, MPT e PAN).]

- *Deliberação n.º 9/AML/2014 (com base na Recomendação n.º 6)* - Subscrita pelo Grupo Municipal do PEV:

Transferências entre a CML e as Juntas

Na sequência das audições a Membros da Vereação, aos Sindicatos e da consulta a alguns Presidentes de Juntas de Freguesia, foram exarados Pareceres pelas 1.ª e 5.ª Comissões da AML, aconselhando o Executivo Camarário a melhorar as versões das Propostas n.ºs 915 e 916/2013.

Neste sentido, a CML elaborou a Proposta n.º 4/2014, tendo introduzido algumas alterações às referidas Propostas, nomeadamente, no que diz respeito à definição dos critérios de transição dos recursos humanos do mapa de pessoal do Município de Lisboa que acompanham a atribuição das novas competências para as Juntas de Freguesia, ao abrigo da Lei n.º 56/2012.

Considerando que a Proposta n.º 4/2014 defende que «a satisfação das necessidades de pessoal das freguesias» seja feita em articulação «com a necessidade do Município de manter, com qualidade, a operacionalidade das funções que conserva».

Considerando que a lei estabelece, expressamente, a garantia da «plenitude dos direitos adquiridos» pelos trabalhadores (artigo 16.º, n.º 1).

Considerando, como diz a Proposta n.º 4/2014, que «para além dos direitos associados ao estatuto de emprego em funções públicas, os trabalhadores conservam também todos os direitos adquiridos no exercício de funções no Município» (p. 39).

Considerando que é a Lei n.º 12-A/2008 que define como pode ocorrer a transição entre mapas de pessoal, por meio da denominada figura da «mobilidade interna».

Considerando que esta Lei clarifica no seu artigo 61.º que, «em regra, a mobilidade interna depende do acordo do trabalhador e dos Órgãos ou Serviços de origem e de destino» e que, segundo o artigo 63.º, a mobilidade interna tem a duração máxima de um ano, e que passado este período, é necessário proceder-se, ou não, à denominada «consolidação da mobilidade na categoria», podendo, quer o empregador, quer o próprio trabalhador, não estar interessado nessa consolidação e ser necessário o seu regresso ao seu lugar de origem, ou seja, voltar a ser integrado no mapa de pessoal da CML.

Neste sentido, a Assembleia Municipal de Lisboa delibera, na sequência da presente proposta dos eleitos do Partido Ecologista «Os Verdes», recomendar à Câmara Municipal de Lisboa que:

- 1 - Apresente aos parceiros sociais e por inerência aos trabalhadores do Município, bem como às Juntas de Freguesia e a esta Assembleia, qual a metodologia e a calendarização a adotar para a transição dos recursos humanos do mapa de pessoal do Município de Lisboa para as Juntas de Freguesia;
- 2 - Prepare um procedimento célere de auscultação aos trabalhadores dos diversos Departamentos do Município de Lisboa, a fim de avaliar e preparar listas de voluntários a serem transferidos para cada uma das Freguesias de Lisboa;
- 4 - Informe periodicamente esta Assembleia sobre os critérios a utilizar, a calendarização a seguir e os acordos entretanto estabelecidos com os Presidentes de Junta e os Sindicatos;
- 5 - Envie a presente Recomendação aos Órgãos representativos dos trabalhadores do Município de Lisboa.

[Pontos 1, 2, 4 e 5: Aprovados por maioria com a seguinte votação: Votos a favor (PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNPN e 4 Independentes); e abstenções (PSD, CDS-PP e MPT).]

- *Deliberação n.º 10/AML/2014 (Proposta n.º 2/AM/2014)* - Subscrita pela Mesa da Assembleia Municipal de Lisboa:

Eleição do Representante da Assembleia Municipal de Lisboa para integrar o «Conselho Municipal para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (CMIPD)», nos termos da proposta, ao abrigo do disposto da alínea b) do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento deste Conselho

Entidade	Representante da AML
Conselho Municipal para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (CMIPD)	- 1 Representante - (Indicado pelo Grupo Municipal do PPD/PSD)

(Aprovada com o seguinte resultado: Votantes 65 - Votos a favor - 39; Votos contra - 10; Abstenções - 12; Votos em brancos - 2; e votos nulos - 2.)

Convocatória

10.ª / 6.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal

Debate Temático

Nos termos do disposto no artigo 28.º e na alínea b) do artigo 30.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, ainda, dos artigos 34.º e 38.º do Regimento, convoco uma Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Lisboa - Debate Temático - para o dia 28 de janeiro de 2014 (3.ª feira), pelas 18 horas, a realizar-se na sua sede, sita na Avenida de Roma, 14-L - Lisboa, tendo como ponto único o seguinte tema:

- Colina de Santana (S. José, Miguel Bombarda, Capuchos, Desterro, Santa Marta e Santa Joana).

2.ª de 5 Sessões - «Impacto das propostas no acesso da População a cuidados de Saúde».

Assembleia Municipal de Lisboa, em 2014/01/22.

A Presidente,

(a) *Helena Roseta*

Anexo: Programa do Debate Temático.



Programa

Debate Temático sobre a Colina de Santana (S. José, Miguel Bombarda, Capuchos, Desterro, Santa Marta e Santa Joana)

Local: Forum Lisboa (antigo Cinema Roma, Av. Roma, 14P)

Formato: Debate aberto ao público, com 5 sessões, cada uma com 45m a 60m de apresentações pelo painel, 45m a 60m de intervenções do público e 30m de encerramento pela mesa. Todos os debates são moderados por deputados municipais. Haverá dois relatores, também deputados municipais, por sessão, devendo o relatório final ser posteriormente submetido a apreciação da Assembleia Municipal.

1ª Sessão – dia 10 de Dezembro de 2013, 18h00

“O ponto em que nos encontramos”

Apresentação da situação actual e das propostas pendentes

Painel, moderado pela Presidente da AML, Helena Roseta:

- CML – Vereador Manuel Salgado, pelouro do Urbanismo da CML
- ESTAMO – Dr. Francisco Cal, Presidente do Conselho de Administração e Arq. Inês Lobo, responsável pela equipa que elaborou o Estudo Urbano da Colina de Santana
- Autoridade de Saúde – Dr. Luís Cunha Ribeiro, Presidente da ARS-LVT

Relatores: Um relator indicado pelo PSD e outro indicado pelo PAN

2ª Sessão – dia 28 de Janeiro de 2014, 18.00

“Impacto das propostas no acesso da População a cuidados de Saúde”

Painel, moderado pelo Presidente da Comissão Permanente de Direitos Sociais e Cidadania da AML, Deputado João Magalhães Pereira:

- Dr. Jorge Penedo – coordenador do Grupo de Técnico para a reforma hospitalar, indicado pelo senhor Ministro da Saúde
- Prof. Dr. Jaime Branco, – Director da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, sita no Campo de Santana
- Drª Pilar Vicente – médica no Hospital de S. José e dirigente da FNAM – Federação Nacional dos Médicos
- Prof. Dr. Constantino Sakellarides – perito em saúde pública e ex-director da Escola Nacional de Saúde Pública
- Dr. Jaime Mendes – Presidente da Secção Regional Sul da Ordem dos Médicos

3ª Sessão – 4 de Fevereiro de 2014, 18.00

“Impacto urbanístico, social e habitacional das propostas”

Moderador: Presidente da Comissão Permanente Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local, Deputado Vítor Gonçalves

Painel e relatores: a definir

4ª Sessão – 11 de Fevereiro de 2014, 18.00

“Impacto das propostas na memória e identidade histórica da Colina de Santana”

Moderadora: Presidente da Comissão Permanente de Cultura, Educação, Juventude e Desporto, Deputada Simonetta Luz Afonso



Painel e relatores: a definir

5ª Sessão – 11 de Março de 2014, 18.00 (data a confirmar)

Conclusões e propostas a submeter à Assembleia Municipal

Moderador: Deputado Rui Paulo Figueiredo (PS)

Painel e relatores: a definir

SECRETARIA-GERAL

DEPARTAMENTO DE APOIO AOS ÓRGÃOS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO

Despacho n.º 1/SG/DAOSM/14

Considerando a necessidade de assegurar a regularidade do exercício de funções e as competências que me foram conferidas pelo Secretário-Geral, através do Despacho n.º 1/SG/11, publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 909, de 2011/07/21;

Considerando que o período previsível de ausência (motivado pelo gozo de férias) é inferior a 60 dias não se verificando, por isso, os requisitos do regime de substituição previsto no Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado.

Designo, nos termos do artigo 41.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, para me substituir durante o período de férias, que decorrerá de 24 a 27 de janeiro de 2014, no chefe da Divisão de Gestão e Manutenção de Edifícios e Apoio aos Serviços, Dr. Rui Lourido.

Lisboa, em 2014/01/20.

A diretora de departamento,

(a) *Paula Levy*

Publica-se às 5.^{as}-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>).

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt